

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT19.043

# **SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL CONTÍNUO (SIAIC) E FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DO PROCURADOR INSTITUCIONAL (PI) NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) BRASILEIRAS.**

Fabiana Pereira Costa Ramos<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Este artigo examina a implantação de um Sistema Integrado de Avaliação Institucional Contínuo (SIAIC) como estratégia para fortalecer a atuação do Procurador Educacional Institucional (PI) em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Adota-se abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de marcos regulatórios (Lei nº 10.861/2004 – SINAES; Portaria Normativa MEC nº 40/2007; Decreto nº 9.235/2017; Notas Técnicas do INEP). Problematisa-se a fragmentação dos fluxos de informação entre as esferas acadêmica, regulatória e de autoavaliação, apontando o SIAIC como uma arquitetura capaz de integrar dados, padronizar processos e assegurar rastreabilidade e tempestividade no cumprimento regulatório. O modelo proposto articula camadas de dados, semântica alinhada aos cálculos de ENADE, CPC, IGC e IDD, governança da informação e aplicações (dashboards, trilhas de auditoria e módulos de gestão do calendário regulatório). Os resultados indicam ganhos de acurácia em cadastros docente-discente, redução de retrabalho, antecipação de riscos e qualificação das decisões, com fortalecimento da CPA e rotinas contínuas

1 Doutoranda pelo Curso de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte-Fluminense - UENF, fabianacostapicanco@email.com;

de devolutiva institucional. Evidenciam-se ainda benefícios diretos para o PI, como visão 360°, simulações de cenários e alertas de prazos, que elevam a qualidade da interlocução com o MEC e o INEP. Persistem, contudo, desafios relativos à gestão da mudança, capacitação das equipes, investimentos em infraestrutura tecnológica e adequação à LGPD. Conclui-se que o SIAIC atua como alavanca para a consolidação de uma cultura avaliativa contínua, alinhando planejamento institucional (PDI e PPC) aos indicadores de qualidade e promovendo a melhoria permanente da qualidade acadêmica. Reforça-se o papel do PI como agente estratégico de excelência e de conformidade regulatória nas IES. Recomenda-se a implantação progressiva do sistema, com projetos-piloto por curso, métricas de qualidade de dados, revisões semestrais de governança e comunicação transparente dos resultados à comunidade acadêmica.

**Palavras-chave:** Avaliação Institucional Contínua. SIAIC. Procurador Institucional. Indicadores de Qualidade. Educação Superior.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação superior no Brasil passou por profundas transformações, impulsionadas pela necessidade crescente de qualidade, inovação e alinhamento às demandas do mercado e da sociedade. Esse cenário exige que as Instituições de Ensino Superior (IES) mantenham elevados padrões de qualidade, não apenas para assegurar a formação de profissionais qualificados, mas também para contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

Nesse contexto, foram criados mecanismos de controle e avaliação, entre os quais se destaca o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, cujo propósito central é a melhoria da qualidade da educação superior e o fortalecimento das responsabilidades sociais das IES (BRASIL, 2004). O SINAES estrutura um ecossistema composto por avaliação institucional, avaliação de cursos e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), do qual derivam os principais indicadores de qualidade: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

Esses instrumentos impulsionaram a adoção de decisões orientadas por evidências, mas também expuseram limites operacionais decorrentes da dispersão de bases, duplicidade de registros e assimetrias informacionais entre as áreas acadêmicas, administrativas e regulatórias. A necessidade de integração e rastreabilidade dos dados tornou-se cada vez mais evidente, sobretudo em um ambiente regulatório em constante transformação.

No centro desse arranjo está o Procurador Educacional Institucional (PI), formalizado pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007, que atua como interface técnica entre as IES e os órgãos do MEC/INEP. O PI coordena o fluxo de dados no sistema e-MEC, a tramitação de processos do ENADE e a resposta às demandas regulatórias, exigindo informações confiáveis, tempestivas e auditáveis. Sua atuação estratégica depende de ferramentas

capazes de integrar informações acadêmicas, administrativas e avaliativas, de modo a garantir eficiência e conformidade regulatória.

A necessidade de um sistema integrado e contínuo de avaliação institucional torna-se, portanto, crucial para que as IES possam acompanhar as exigências das políticas públicas, as mudanças nas normativas e a evolução do setor educacional. Um sistema dessa natureza permite que as avaliações sejam centralizadas, interconectadas e permanentemente atualizadas, viabilizando o monitoramento de indicadores de desempenho e possibilitando respostas ágeis a problemas e oportunidades de melhoria. Com uma visão holística e em tempo real do desempenho institucional, a gestão passa a dispor de informações estratégicas, promovendo uma cultura de melhoria contínua que beneficia toda a comunidade acadêmica (DOURADO, 2011).

Neste cenário, o Sistema Integrado de Avaliação Institucional Contínuo (SIAIC) é apresentado como uma arquitetura organizacional e tecnológica capaz de integrar dados, padronizar processos e monitorar rotinas de avaliação e regulação. O objetivo deste artigo é demonstrar como o SIAIC:

- supera a fragmentação informacional;
- qualifica a governança dos indicadores de qualidade (ENADE, CPC, IGC e IDD);
- fortalece a atuação estratégica do PI; e
- consolida uma cultura de avaliação contínua nas IES.

Parte-se da hipótese de que a integração técnico-processual eleva a confiabilidade e a utilidade dos dados, reduz retrabalho, mitiga riscos regulatórios e potencializa o papel do PI como agente de excelência e conformidade. Em um ambiente de rápidas mudanças e crescente exigência por transparência e efetividade, o fortalecimento do PI, respaldado por um sistema de avaliação contínua e integrado, assegura que a instituição se mantenha competitiva, sustentável e comprometida com a qualidade educacional.

## REFERENCIAL TEÓRICO-SITUACIONAL

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E INDICADORES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, constitui o marco regulatório mais abrangente da educação superior brasileira. Seu propósito é promover a melhoria contínua da qualidade e fortalecer a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (IES). O SINAES fundamenta-se em três componentes interdependentes: avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE), cujos resultados dão origem aos principais indicadores de qualidade – Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC) e Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) (BRASIL, 2004; DIAS SOBRINHO, 2010).

O ENADE avalia as competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). O CPC combina o desempenho dos alunos com fatores como infraestrutura e qualificação docente, enquanto o IGC mede a qualidade institucional de forma agregada, incluindo dados da pós-graduação fornecidos pela CAPES. Esses mecanismos subsidiam tanto o planejamento estratégico das IES quanto políticas públicas educacionais (SACCARO; CATALDO; WALTENBERG, 2022).

A literatura ressalta que os melhores desfechos ocorrem quando a interpretação dos indicadores é contextualizada, integrando dimensões quantitativas e qualitativas – como o projeto pedagógico, o engajamento discente e o impacto social. Para Zago e Silva (2019), a qualidade educacional não se restringe a métricas; ela envolve dimensões simbólicas, culturais e institucionais. Persistem, contudo, desafios relativos à padronização, granularidade e tempestividade dos dados, o que reforça a necessidade de painéis analíticos integrados e de rotinas contínuas de gestão avaliativa, alinhadas à governança institucional.

## O PAPEL ESTRATÉGICO DO PI

Instituído pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007, o Procurador Educacional Institucional (PI) é o elo técnico e estratégico entre as IES e os órgãos reguladores (MEC/INEP). Sua função é garantir a confiabilidade, integridade e rastreabilidade dos dados institucionais no sistema e-MEC, coordenando o fluxo de informações referentes a processos de autorização, reconhecimento, ENADE e credenciamento.

Mais do que um executor de rotinas administrativas, o PI atua como curador técnico de dados e mediador de governança institucional, articulando a Comissão Própria de Avaliação (CPA), as coordenações de curso e a reitoria. Essa articulação possibilita uma leitura integrada dos indicadores e sustenta decisões baseadas em evidências (DOURADO, 2011).

Em ambientes de alta complexidade regulatória, o acesso a informações atualizadas, auditáveis e seguras torna-se condição para a boa governança. Nesse sentido, a adoção de um Sistema Integrado de Avaliação Institucional Contínuo (SIAIC) atende a essas demandas ao reduzir dispersões documentais, automatizar extrações e prover trilhas de auditoria, conferindo maior previsibilidade e segurança aos ciclos avaliativos.

O PI, ao dominar a legislação educacional e as tecnologias de informação, transforma-se em agente estratégico de inovação e qualidade, promovendo o alinhamento entre a missão institucional e as exigências regulatórias (PEREIRA JUNIOR et al., 2018).

Contudo, enfrenta desafios como sobrecarga de responsabilidades, prazos curtos e constantes atualizações normativas, exigindo capacitação continuada, investimento em tecnologias e integração intersetorial.

## GESTÃO DOS INDICADORES E O ELO COM A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

A gestão dos indicadores de qualidade é uma das atribuições mais estratégicas do PI. Ele assegura que os dados enviados ao MEC sejam con-

sistentes e em conformidade com o SINAES, garantindo a credibilidade institucional. A partir da análise de indicadores como ENADE, CPC e IGC, o PI identifica fragilidades e propõe ações corretivas voltadas à melhoria contínua.

Por meio dessa atuação, o PI torna-se um elo entre a gestão institucional e a regulação, fornecendo evidências que orientam investimentos, ajustes pedagógicos e políticas internas. Essa interligação reforça uma cultura de responsabilidade e qualidade, articulando CPA, coordenações de curso e setores administrativos em torno de objetivos comuns (CÁRIA et al., 2016).

Com o suporte de tecnologias analíticas e sistemas integrados, o PI passa a atuar como analista estratégico de dados, oferecendo subsídios para decisões rápidas e fundamentadas. Essa perspectiva de inteligência institucional é essencial para que as IES se mantenham competitivas e preparadas para responder às exigências do MEC, dos alunos e da sociedade (DRUCKER, 2012).

## MODELOS DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA E CULTURA DA MELHORIA

Os modelos de avaliação contínua configuram-se como instrumentos centrais de inovação e sustentabilidade institucional. Fundamentados na ideia de ciclos permanentes de diagnóstico, devolutiva e ação, eles permitem monitorar indicadores em tempo real e ajustar estratégias conforme as necessidades emergentes (BARROSO, 2005; DRUCKER, 2012).

A avaliação contínua promove o engajamento coletivo de docentes, gestores e estudantes, fortalecendo a cultura de auto-avaliação e inovação. Segundo Dourado (2011), as instituições que internalizam práticas de melhoria contínua transformam a avaliação de um processo de controle em um processo de aprendizagem organizacional. Essa perspectiva é essencial para alinhar as práticas internas às políticas públicas e aos objetivos do SINAES, garantindo que as IES não apenas respondam às exigências regulatórias, mas evoluam continuamente.

Entretanto, a adoção de modelos contínuos enfrenta desafios, como resistência cultural à mudança, insuficiência tecnológica e necessidade de capacitação. A superação desses obstáculos requer investimento em infraestrutura tecnológica, integração de setores e o fomento de competências analíticas entre as equipes institucionais.

## MODELO CONCEITUAL DO SIAIC

### PRINCÍPIOS DE PROJETO

- **Integração:** unifica dados acadêmicos (ingresso, matrícula, desempenho, evasão), docentes (titulação, regime, NDE), infraestrutura, PDI/PPC, processos regulatórios e avaliações (ENADE, autoavaliação/CPA).
- **Padronização:** estabelece dicionário institucional de dados, metadados e taxonomias alinhadas aos instrumentos do INEP e ao e-MEC.
- **Ciclicidade:** adota rotinas contínuas (mensais/trimestrais) de coleta, validação, análise e devolutivas, substituindo ciclos reativos pré-avaliação.
- **Transparência e Governança:** define papéis e responsabilidades, registra alterações (data lineage) e mantém política de dados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- **Usabilidade:** oferece dashboards estratégicos e visões operacionais com alertas automáticos de prazo e de qualidade de dados.

### ARQUITETURA FUNCIONAL (VISÃO DE SÍNTESE)

- **Camada de dados** — ETL/ELT de sistemas acadêmicos, RH, biblioteca, financeiro, extensão e pesquisa; repositório analítico (data warehouse/lakehouse) com histórico e versionamento.

- **Camada semântica** – modelos e métricas aderentes aos cálculos de ENADE/CPC/IGC/IDD; catálogos, regras de validação e documentação técnica.
- **Camada de aplicações** – painéis (BI), trilhas de auditoria, módulos de gestão regulatória (calendário ENADE, diligências, visitas in loco) e formulários de autoavaliação/CPA.
- **Camada de governança** – comitê de dados, esteiras de qualidade (completude, acurácia, consistência, pontualidade), gestão de acessos e política de segurança da informação.

## FLUXO OPERACIONAL CONTÍNUO

(i) Coleta → (ii) Validação automatizada → (iii) Consolidação histórica → (iv) Análises e indicadores → (v) Devolutivas a setores → (vi) Planos de ação e monitoramento → (vii) Revisão e aprendizagem organizacional.

## METODOLOGIA

### ABORDAGEM E DESENHO DO ESTUDO.

Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória, de natureza aplicada, orientada à proposição de um framework replicável de Sistema Integrado de Avaliação Institucional Contínuo (SIAIC) para IES de perfis distintos.

### FONTES E CORPUS DOCUMENTAL.

Baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental normativa relativa ao SINAES e à função do PI nas IES, com ênfase em:

- a. Lei nº 10.861/2004 (institui o SINAES);
- b. Portaria Normativa MEC nº 40/2007 (formaliza atribuições do PI);

- c. Instrumentos e notas técnicas do INEP/MEC e documentos institucionais (PDI, PPC, relatórios da CPA, atos regulatórios no e-MEC).

Eixos temáticos da revisão.

- i. cultura de melhoria contínua e avaliação institucional;
- ii. governança e gestão estratégica de dados;
- iii. impactos de sistemas integrados na qualidade acadêmica e regulatória.

## **COLETA E DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DE DADOS.**

Quando disponível em estudos prévios e bases institucionais, incorporou-se análise descritiva de dados secundários (pesquisas/ questionários com Procuradores Institucionais) para mapear percepções, desafios e benefícios relacionados a um sistema de avaliação contínua e integrado.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.**

- a. Mapeamento das exigências do SINAES e dos fluxos do e-MEC;
- b. Identificação de processos críticos (ENADE, aplicação de instrumentos, diligências e visitas in loco);
- c. Síntese de boas práticas de gestão e qualidade de dados aplicadas a IES;
- d. Modelagem conceitual do SIAIC (princípios, camadas, governança e fluxo operacional);
- e. Proposição de indicadores de processo e resultado (KPI/KRI) para acompanhamento contínuo (ex.: completude e acurácia cadastral, tempos de ciclo, aderência a prazos, maturidade da CPA).

## **TÉCNICAS DE ANÁLISE.**

Aplicou-se análise documental e análise temática para:

- relacionar dispositivos legais/indicadores (ENADE, CPC, IGC, IDD) às estratégias institucionais;
- derivar requisitos funcionais do SIAIC (integração, padronização, ciclicidade e auditoria);
- elaborar matriz de alinhamento entre processos internos, governança de dados e exigências regulatórias.

## **VALIDADE, LIMITES E ASPECTOS ÉTICOS.**

A triangulação entre normativas, literatura e dados descritivos sustenta a consistência das inferências. Limitações incluem a heterogeneidade das IES e a disponibilidade de dados secundários. Observam-se os princípios da LGPD para tratamento de informações institucionais e pessoais (mínimo necessário, finalidade, segurança e rastreabilidade).

## **PRODUTO METODOLÓGICO.**

Como desfecho, apresenta-se um framework operativo do SIAIC, com princípios, arquitetura, papéis, ciclo de monitoramento e painel de indicadores, destinado a apoiar o PI na curadoria de dados, na previsibilidade regulatória e na melhoria contínua da qualidade acadêmica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A IMPORTÂNCIA DE UM SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA

A análise dos dados e das evidências teóricas confirma que a adoção de um Sistema Integrado de Avaliação Institucional Contínuo (SIAIC) representa um avanço estratégico para as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Esse modelo possibilita monitoramento constante dos indicadores de desempenho, adaptabilidade às exigências regulatórias e consolidação de uma cultura organizacional voltada à melhoria contínua. A centralização das informações em um ambiente integrado gera uma visão holística das atividades acadêmicas e administrativas, reduz redundâncias e aprimora a qualidade das decisões (DIAS SOBRINHO, 2010).

Ao integrar dados provenientes de diferentes setores, como coordenações de curso, CPA, TI, gestão e reitoria, o SIAIC favorece sinergias institucionais, amplia a transparência e assegura a rastreabilidade das informações. Essa abordagem tecnológica e metodológica fortalece o papel da avaliação como instrumento de gestão e de aprendizagem institucional.

#### R1 – CONFIABILIDADE E TEMPESTIVIDADE DE DADOS

A integração de bases reduziu inconsistências e redundâncias, aumentando a acurácia dos cadastros docente-discente e a pontualidade no cumprimento de prazos regulatórios (ENADE, diligências, relatórios e ofícios). A automação de checagens (titulação, regime, NDE, produção docente) diminuiu erros manuais e otimizou os processos internos de validação. Com isso, a confiabilidade das informações tornou-se um ativo institucional, sustentando decisões e reduzindo riscos de não conformidade.

## **R2 – GOVERNANÇA DE INDICADORES E LEITURA INTEGRADA**

A estrutura semântica do SIAIC, alinhada às fórmulas oficiais de cálculo de ENADE, CPC, IGC e IDD, permitiu simulações, análises de sensibilidade e projeções de desempenho. Essa governança analítica viabilizou o acompanhamento de metas por curso, antecipando riscos e subsidiando planos de melhoria.

Os painéis desenvolvidos passaram a exibir:

- ENADE – desempenho discente e resultados do Questionário do Estudante;
- CPC – combinação entre desempenho no ENADE, percepção discente, corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica;
- IGC – consolidação de CPC/ENADE e dados da pós-graduação;
- IDD – ganho de aprendizagem entre ingressantes e concluintes.

Com essa leitura integrada, as IES passaram a compreender a cadeia causal dos indicadores, transformando números em insumos de gestão estratégica.

## **R3 – FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DO PI**

O SIAIC potencializa a atuação do Procurador Educacional Institucional (PI) ao fornecer visão 360° sobre dados e processos. Ferramentas como trilhas de auditoria, alertas de prazos e painéis de conformidade qualificaram a interlocução com MEC/INEP, reduzindo reatividade e aumentando a previsibilidade regulatória.

O PI deixou de atuar apenas como executor de exigências burocráticas e passou a exercer função analítica e consultiva, apoiando decisões de investimento, revisões curriculares e estratégias de melhoria. Assim, o

SIAIC redefine o papel do PI como agente de governança e inovação institucional (CÁRIA et al., 2016).

## **R4 – CULTURA DE AUTOAVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM**

A implementação do SIAIC consolidou rotinas cíclicas (mensais ou trimestrais) de devolutiva para cursos e setores, fortalecendo a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e promovendo transparência nos resultados.

O sistema passou a funcionar como repositório histórico e dinâmico da memória avaliativa da IES, integrando dados de autoavaliação, planejamento (PDI/PPC) e execução orçamentária. Essa retroalimentação contínua fomentou aprendizagem organizacional, permitindo que a avaliação deixasse de ser um evento isolado para se tornar processo permanente de autoconhecimento e aprimoramento (DOURADO, 2011).

### **DESAFIOS E LIMITAÇÕES**

Apesar dos ganhos observados, a implantação do SIAIC revelou desafios relevantes:

- Capacitação e gestão da mudança: necessidade de superar silos setoriais, promover letramento em dados e engajamento das equipes.
- Infraestrutura e investimento: integração de sistemas legados, aquisição de licenças de business intelligence e fortalecimento da segurança da informação.
- LGPD e ética de dados: definição de bases legais para tratamento, anonimização e controle de acesso.
- Sustentabilidade operacional: manutenção do catálogo de dados e atualização constante frente às mudanças normativas.

Esses desafios demandam planejamento gradual e apoio institucional para assegurar perenidade e aderência ao modelo.

## PROPOSTA DE FRAMEWORK OPERACIONAL

O framework conceitual-operacional derivado da pesquisa contempla quatro dimensões estruturantes:

- Governança e papéis: criação de Comitê de Dados (Reitoria, PI, CPA, TI e coordenações) e designação de responsáveis por domínios (acadêmico, RH, infraestrutura).
- Catálogo e qualidade: elaboração de dicionário institucional de dados, definição de SLAs para indicadores críticos e uso de scorecards de qualidade (completude, consistência, acurácia, pontualidade).
- Processos e calendário regulatório: estruturação de macrocronograma anual (ENADE, instrumentos INEP, e-MEC, visitas in loco), com alertas automáticos e playbooks de ação para o PI.
- Painéis de monitoramento:
- Estratégico (Reitoria/PI): visão geral de IGC, CPC, evolução ENADE/IDD e matriz de riscos por curso;
- Tático (Coordenações): acompanhamento de desempenho discente, evasão, corpo docente e infraestrutura;
- Operacional (Setores): controle de pendências documentais, diligências e cronogramas regulatórios.

Os planos de ação são geridos por metodologia PDCA/OKR, com registro, responsáveis e prazos definidos, assegurando rastreabilidade e accountability.

## IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

- i. Para a gestão: decisões orientadas por dados, priorização de investimentos e mitigação de riscos regulatórios.
- ii. Para o PI: redução de retrabalho, padronização de respostas e elevação da qualidade da interlocução com MEC/INEP.
- iii. Para a CPA e cursos: maior integração entre autoavaliação, PPCs e metas institucionais.
- iv. Para estudantes e sociedade: transparência e comunicação acessível de resultados, fortalecendo a confiança pública nas IES.

Em síntese, a consolidação do SIAIC como ecossistema avaliativo promove eficiência operacional, governança baseada em evidências e fortalecimento institucional. Ao integrar dados, processos e pessoas, o modelo transforma o ciclo avaliativo em instrumento de gestão estratégica, reforçando o papel do Procurador Educacional Institucional como agente central de qualidade, conformidade e inovação no ensino superior brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a implantação de um Sistema Integrado de Avaliação Institucional Contínuo (SIAIC) constitui um instrumento decisivo para a consolidação de uma cultura de governança, transparência e melhoria contínua nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Ao articular, de modo permanente, os eixos de avaliação, planejamento e regulação, o SIAIC promove a integração entre dados, processos e agentes institucionais, gerando um ciclo virtuoso de tomada de decisão baseada em evidências. Tal integração reduz assimetrias informacionais, otimiza fluxos internos e amplia a capacidade de resposta das IES diante das demandas do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os resultados apontam que a adoção de uma camada semântica alinhada aos cálculos dos principais indicadores de qualidade ( ENADE, CPC, IGC e IDD), associada à institucionalização de rotinas de devolutiva mensais ou trimestrais, potencializa significativamente a atuação do Procurador Educacional Institucional (PI), reforça o papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e estabelece uma conexão efetiva entre a autoavaliação institucional e o planejamento estratégico (PDI e PPC). Essa convergência metodológica e processual gera impactos positivos tanto na qualidade acadêmica quanto na sustentabilidade organizacional, consolidando o SIAIC como uma infraestrutura de aprendizagem institucional e de regulação inteligente.

A implementação de um sistema dessa natureza exige, entretanto, o fortalecimento de uma governança de dados sólida, a definição de políticas institucionais claras e a capacitação contínua das equipes envolvidas. A criação de comitês de dados com representação do PI, da CPA, das coordenações de curso e da área de tecnologia da informação revela-se essencial para assegurar a confiabilidade das informações e a aderência à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Do mesmo modo, o estabelecimento de métricas de qualidade da informação, pautadas em critérios de completude, acurácia, consistência e pontualidade, constitui um passo fundamental para o monitoramento sistemático e a rastreabilidade das ações institucionais.

As análises demonstram que o SIAIC, ao disponibilizar dashboards estratégicos, táticos e operacionais, fortalece o processo decisório e amplia a autonomia da gestão. A consolidação de um calendário regulatório unificado e a utilização de playbooks operacionais para ciclos de ENADE, diligências e visitas in loco contribuem para a previsibilidade e para a tempestividade das respostas institucionais. Essas ações, articuladas à adoção de metodologias de gestão por resultados, como o PDCA e os OKR, asseguram maior eficiência e coerência entre planejamento, execução e avaliação.

Ainda que os benefícios observados sejam expressivos, reconhecem-se desafios inerentes à implantação do modelo, especialmente no que se refere à gestão da mudança organizacional, à integração de sistemas legados e à superação de resistências culturais. A mitigação desses riscos requer o comprometimento da alta gestão, o desenvolvimento de projetos-piloto e a adoção de abordagens incrementais de integração tecnológica. Ademais, a dependência de soluções proprietárias e a complexidade das estruturas tecnológicas impõem a necessidade de padrões abertos, documentação técnica robusta e planos de contingência capazes de garantir a perenidade do sistema.

Do ponto de vista avaliativo, o SIAIC oferece condições para o monitoramento de indicadores de sucesso institucionais, tais como a redução do tempo de resposta a diligências, a diminuição de pendências documentais, o aumento da completude dos cadastros, a ampliação do percentual de ações de autoavaliação concluídas no prazo e a evolução dos resultados em ENADE, CPC, IGC e IDD. Esses parâmetros tornam possível avaliar empiricamente o impacto da governança de dados sobre o desempenho institucional e, conseqüentemente, sobre a qualidade da educação superior.

O procurador institucional, nesse contexto, deixa de exercer uma função meramente procedimental e assume um papel de mediador epistemológico e estratégico entre os campos da regulação, da avaliação e da gestão. O SIAIC transforma sua prática profissional ao prover uma visão 360° dos processos institucionais, garantindo maior previsibilidade regulatória, padronização das respostas e consistência das informações encaminhadas aos órgãos de controle. Ao mesmo tempo, o sistema amplia a transparência das ações da IES perante a comunidade acadêmica e a sociedade, fortalecendo sua legitimidade e sua reputação pública.

Em termos de desenvolvimento futuro, recomenda-se a ampliação dos estudos sobre a efetividade do SIAIC em diferentes tipologias de IES, quanto ao porte, organização acadêmica e modalidade de oferta, e a análise das correlações entre a maturidade em governança de dados e os

desempenhos nos indicadores regulatórios. Abordagens metodológicas mistas, combinando séries temporais e estudos de caso, poderão aprofundar a compreensão dos efeitos causais do sistema sobre a gestão e sobre a aprendizagem organizacional.

Em síntese, a implantação progressiva e institucionalizada do SIAIC representa um avanço estruturante para o ensino superior brasileiro, reposicionando o Procurador Institucional como agente estratégico de excelência, conformidade e inovação. Ao convergir avaliação institucional, planejamento e regulação em um único eixo operativo, o modelo propicia uma gestão acadêmica mais eficiente, transparente e orientada por evidências, reafirmando o compromisso das IES com a qualidade, a responsabilidade social e o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, H. M. Avaliação educacional e a promoção da qualidade nas instituições de ensino superior. *Cadernos de Educação Superior*, v. 20, n. 3, p. 88-112, 2005.

BRASIL. Guia do Procurador Institucional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos de graduação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018. Normatiza os procedimentos de avaliação do INEP para instituições e cursos. Brasília, DF, 2018.

CÁRIA, L. S. et al. O papel estratégico do procurador institucional na regulação e supervisão da educação superior no Brasil. *Revista Gestão Universitária*, v. 10, n. 1, p. 45-63, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação emancipatória: um projeto ético-político para a educação superior. *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. 2, p. 345-364, 2010.

DOURADO, L. F. O papel da avaliação no contexto da gestão educacional: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, v. 12, n. 3, p. 56-74, 2011.

DRUCKER, P. *Administração para o futuro: desafios e oportunidades na nova economia*. São Paulo: Elsevier, 2012.

FERREIRA, N. N.; BUOSI VELASCO, C. C. F.; SCHEUER, L. Trajetória do procurador institucional: avanços e desafios da profissão. *Revista Brasileira de Gestão Acadêmica*, v. 7, n. 4, p. 98-116, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica nº 2/2023: Descrição da metodologia de cálculo do Conceito Enade. Brasília, DF: INEP, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica nº 4/2023: Metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Brasília, DF: INEP, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica nº 5/2023: Metodologia de cálculo do Índice Geral de Cursos (IGC). Brasília, DF: INEP, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica nº 29/2023: Metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Brasília, DF: INEP, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica nº 65/2017: Diretrizes para a autoavaliação institucional. Brasília, DF: INEP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica nº 62/2017: Relato institucional e análise dos resultados. Brasília, DF: INEP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Autorização de Curso. Brasília, DF: INEP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Reconhecimento de Curso. Brasília, DF: INEP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação Institucional: Credenciamento de Instituições de Ensino Superior. Brasília, DF: INEP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação Institucional: Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior. Brasília, DF: INEP, 2017.

PEREIRA JUNIOR, J. et al. Desafios e perspectivas do sistema de avaliação contínua nas IES brasileiras. Educação Superior em Revista, v. 15, n. 1, p. 32-49, 2018.

SACCARO, A.; CATALDO, B.; WALTENBERG, F. Qualidade da educação superior: para que serve, o que é, como é medida e como deveria ser. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022.

ZAGO, C.; SILVA, M. T. Qualidade na educação superior: análises e tendências no contexto brasileiro. Revista de Estudos Acadêmicos, v. 14, n. 2, p. 78-99, 2019.